

Protesto nas Ruas

Raúl Enrique Rojo¹

Algumas explicações à guisa de introdução

Os jovens editores da *Enfoques* me pediram que os acompanhasse na empreitada da edição deste número temático da revista, e escrevesse um breve trabalho introdutório consagrado às mobilizações coletivas que florescem nas ruas pelo mundo afora, desafiando a interpretação das ciências sociais. Talvez a primeira explicação que devemos a nossos leitores se refere à definição que, desde seu título, damos a este fenômeno social coletivo. Por que falar de “protesto” e não

de “democracia” nas ruas, como o têm feito (com todo o direito que sua condição de editores lhes concede) os redatores da revista? Porque nós pensamos, como Alain Touraine, que a democracia é nada mais (e nada menos) que “um tipo de regime político. É a eleição livre de governantes pelos governados que reconhecem nos primeiros os seus legítimos representantes”.² Não é, portanto, nem uma forma de sociedade nem, muito menos, uma forma de articular reivindicações, sejam estas de rua ou não. A democracia que se quer alcançar (quando ela não existe no lugar da mobilização), sua radicalização ou outra forma de exercê-la (quando estamos inconformados

¹ Bacharel em Direito pela Universidade de Buenos Aires (UBA); Mestre em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica Argentina Santa Maria de los Buenos Aires (UCA); Doutor em Sociologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS, Paris). Pós-doutor em Sociologia Jurídica pela Université de Montréal (Canadá), em cujo Centre de Recherche en Droit Public (CRDP) se desempenhou como professor e pesquisador visitante. Ex-docente da Universidade de Buenos Aires. Diretor de pesquisas do Centre de Recherches sur l'Administration de la Justice et la Société (CRAJS, Paris). Titular da “Chaire des Amériques” da Université de Rennes 2 (Haute Bretagne). Professor permanente dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: raul-rojo@ufrgs.br.

² TOURAINE, A., *Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina*. Campinas e São Paulo, Editora da Unicap e Trajetória Cultural, 1989, p. 494.

com a que temos) poderá ser “o que está em jogo”, a grande “aposta”³ dos manifestantes de cortejos vários, mas estes últimos não são uma sorte de materialização dela. Se a democracia impera no lugar em que a contestação se expressa nas ruas, poderá torná-la menos ríspida e perigosa para quem protesta, e até chegaremos a encontrá-la em distintos graus orientando as relações de poder entre os dirigentes e os militantes que contestam, sem por isso confundir o princípio inspirador ou articulador da dinâmica interna do protesto ou de seu entorno eventual, com sua expressão factual.

O segundo esclarecimento que devemos a nossos leitores corresponde ao alcance histórico dos fenô-

menos reais incluídos em nosso estudo e caracterização analítica. Não apenas por uma atendível preocupação metodológica, mas para desfazer mal-entendidos aos que nos têm conduzido certo desleixo heurístico muito em voga no meio jornalístico.⁴ Digamo-lo com clareza: nosso trabalho tem como suporte empírico uma galáxia heterogênea, mas não infinita nem indeterminada de militantes e contestações. Baseia-se nas conclusões provisórias de uma pesquisa que desde há cinco anos estamos realizando, com a colaboração de pesquisadores locais, acerca de quatro protestos mais ou menos radicais:

1. O dos “indignados” espanhóis, que assumiram este nome em referência ao livro *Indignai-vos!*, de

³ Conceitos, ambos, para os quais os franceses (como Touraine) têm cunhado o termo *enjeu*, de difícil tradução para as línguas ibéricas.

⁴ Gostaríamos, porém, de ser bem-entendidos: respeitamos sobremaneira o jornalismo sério e investigativo, imprescindível não só para informação da população, mas também para o controle de gestão nas democracias, mas, em meios de comunicação de massa onde o centímetro de papel ou o minuto de antena são extremamente caros, o escopo da imprensa é a “simplicidade”, que permitiria alcançar o maior número de leitores, ouvintes ou televidentes com o menor número de palavras ou digressões (correndo o risco de pecar, às vezes, de “reducionismo”). Distinta é a situação do cientista social, que tem por escopo de seu labor a “complexidade”. Não por um doentio afã de tornar “difíceis” as coisas, mas porque sua preocupação é a de revelar o aspecto não evidente, a dimensão oculta (até para os próprios atores) dos fenômenos estudados. Necessariamente, a estes diferentes intuitos, corresponderão enfoques e resultados investigativos de alcance e conteúdo diversos.

Stéphane Hessel, e se congregam sob a bandeira de *"Democracia real ya"* na *Puerta del Sol* madrileña ou outros espaços urbanos fetiches da capital e de diversas cidades da Espanha.

2. O dos *"aganaktismenoi"* gregos ("coléricos" em sua própria língua), levado adiante fundamentalmente por jovens integrantes da "Geração 700 euros" (em alusão ao salário mínimo no país), que protestam contra a corrupção da classe política nacional e mais especificamente contra a má gestão governamental que tem progressivamente conduzido à falência do Estado.

3. O de aqueles que, nos Estados Unidos, se têm reunido sob a comum denominação de *"Occupy"*, aludindo à ocupação do Zuccotti Square, nas proximidades de Wall Street, que converteram em um espaço político de iguais, aberto ao debate sobre o poder

do dinheiro⁵ e as melhores formas para opor-se a seu alcance deletério.

4. O de numerosos grupos contestatários que se formaram no Quebec, na esteira dos europeus, integrando-se em uma mobilização que teve seu ponto culminante na greve estudantil que afetou quase todos os estabelecimentos de ensino superior, de fevereiro a setembro de 2012, batizado *"Printemps Érablé"*.⁶

Consideramos estes quatro casos exemplos paradigmáticos do que chamaremos o "protesto radical", espécie por sua vez do que Charles Tilly tem chamado de "contestação". Em este tipo de ação coletiva os indivíduos "não só se agrupam para fazer valer em conjunto seus interesses comuns, mas adotam modos de ação que influenciam de maneira direta e visível os interesses do outro"; com a particularidade de que sua ação é amiúde descontínua: "eles se lançam, e depois se

⁵ O "Partido de Wall Street" de que falava em 28 de março de 2011 David Harvey, no blog da Verso Books. Conf. <http://www.verso-books.com/blogs>.

⁶ Que evocava foneticamente, em francês, o *"Printemps arabe"* e a ascensão primaveral da seiva do bordo ou *érable*, (símbolo cultural quebequense, cuja folha aparece no centro da bandeira canadense).

detêm”.⁷ A partir destes quatro casos, que consideramos paradigmáticos do protesto radical, temos analisado, assim, as experiências contestatórias espanhola, grega, norte-americana e quebequense no que elas têm de similar e de diferente. Evidentemente não se trata de casos isolados em nosso mundo atual. Outros países têm conhecido, de uma forma ou outra, protestos mais ou menos radicais que guardam pontos de contato com os que objetivaram nossa pesquisa. A maior parte dos observadores admitirá que a mobilização estudantil que se tem produzido no Chile a partir de 2011, e prosseguiu até o começo do segundo mandato de Michelle Bachelet, parece bastante próxima dos quatro casos paradigmáticos. Da mesma maneira eles encontrarão pontos de contato não desprezíveis entre os mesmos exemplos e os protestos nas ruas de Caracas e San Cristóbal (Venezuela), São Paulo, Rio de Janeiro ou Porto Alegre destes dois últimos anos.

Os mais memoriosos se lembrarão da Revolução de Veludo que acabou com o regime comunista tcheco em fins dos anos 1980, da Revolução da Rosa na Geórgia pós-soviética e da Revolução Laranja da Ucrânia em fins de 2004. Para não falar da Revolução do Jasmim tunisiana e outras contestações de rua e ocupações de praças e lugares públicos que pontuaram o abalo de diversos regimes autoritários árabes indiferenciadamente reunidos sob o mote onicompreensivo de “Primavera Árabe”. O que quer dizer isto? Podemos generalizar esta interpretação e aplicá-la a outros casos? Atrevemos-nos a dizer que provavelmente não, mas que talvez alguém descubra que vale a pena dizer por quê.

Um parecido de família

Pouca é a bibliografia de corte acadêmico que se tem debruçado sobre este fenômeno de massas. Talvez porque os próprios militantes (apesar

⁷ Conf. TILLY, Charles, *La France conteste de 1600 à nos jours*, Paris, Fayard, 1986, p. 14.

de provir em bom número do meio universitário) desprezam a análise sociológica, preferindo a ação direta e engajada. Escassas (e contraditórias) são igualmente suas referências teóricas. Apenas Stéphane Hessel e seu “livrinho” intitulado *Indignai-vos!* fazem a unanimidade.⁸

Creemos que a melhor forma de resolver o problema é admitir que o conceito de “protesto radical” se inscreveria na categoria dos conceitos com estrutura de parecido de família, quer dizer: estaríamos falando de *algo que se pareceria a...*,⁹ Este ponto de partida — que escolhemos conscientemente — não é inocente. Está-se propondo que o sentido do protesto variará segundo o meio e o momento em que aludimos a ele e segundo o con-

texto doutrinal no qual se insere. Contra qualquer essencialismo, determinados tipos de contestação serão classificados como protestos radicais, não a causa das propriedades comuns que possuem, mas, em verdade, possuem estas propriedades comuns como resultado da operação que os classifica como protestos radicais.

Do exposto se segue a índole eminentemente convencional da contestação evocada. Por um lado, porque as similitudes que enuncia a noção de protesto e sua condição de radical não vêm dadas senão que se escolhem e se atribuem e, por outro, porque os juízos acerca de parecidos giram sempre em torno a casos que se adotam como paradigmáticos. Isso nos permite deixar fora alguns fenômenos e até perceber

⁸ Quem teria pensado que um cavaleiro, morto em 2013, herói da Resistência francesa, sobrevivente dos campos de concentração nazistas e um dos redatores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, diplomata e membro dos serviços de inteligência da França, poderia acender um fogo dessas proporções a partir de uma brochura de uma quinzena de páginas, escrita aos 92 anos, onde se aborda o programa da Resistência e a indignação pessoal de Hessel a respeito da situação dos palestinos? Este “livrinho” (como o chamou condescendente seu próprio autor) foi traduzido para 34 línguas e editado para mais de 5 milhões de exemplares em apenas um ano. Recentemente apareceu uma reedição aumentada e corrigida, que inclui um posfácio que alude a sua “fabulosa história”. Conf. HESSEL, S. *Indignez-vous !*, Montpellier, *Indigène éditions*, Col. “Ceux qui marchent contre le vent”, 2010.

⁹ Análise para a qual o referencial clássico é WITTGENSTEIN, L., *Philosophical investigations*. Oxford, Basil Blackwell, 1958, p. 85-93 (§ 65-71).

certas cercanias conceituais e operativas (fazer diferenças) em outros.

Quais as características, pois, destes casos paradigmáticos? Uma multiplicidade de manifestações identifica estas mobilizações sem líder aparente: acampamentos urbanos pacíficos, assembleias-gerais, listas de proposições cidadãs, comitês de bairro, passeatas "selvagens", protestos e *sit-ins* "relâmpago". Sabe-se que estes *indignados* adotam as formas de ação coletiva herdadas dos "novos movimentos sociais" (funcionamento horizontal e descentralizado, assim como formas de protesto originais como a ocupação de lugares públicos e as que Patrick Champagne tem chamado "manifestações de papel"¹⁰. Mas as hesitações entre reivindicações precisas e a exigência de mudança social, assim como a falta de liderança, trazem à baila a perenidade desta "indignação".

Pelo momento os "indignados" valorizam o poder da internet, das redes sociais e das solidariedades transnacionais para manter o entusiasmo coletivo além da ocupação de lugares emblemáticos como as vizinhanças de *Wall Street* ou da *Golden Gate*, a *Puerta del Sol*, a ateniense praça *Sintagma*, a *Place du Canadá* ou a rua *Crescent* em Montreal. Mas, por outro lado, não aderindo a nenhuma organização política nem tendo expressado reivindicações claras na arena institucional, suas agremiações não podem ser consideradas grupos de pressão política.

Alguns grupos, como o novaiorquino, o californiano e o quebequense dizem inspirar-se dos movimentos tunisiano e egípcio. Nos aspectos formais, a comparação com a "Revolução do Jasmim" ou a "Comuna de Tahrir" pode parecer fundada: ocu-

¹⁰ Champagne denomina assim certas mobilizações que comportam encenações inventivas destinadas a obter cobertura da imprensa. Conf. CHAMPAGNE, P., "La manifestation. La production de l'événement politique", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1984, v.52, n.52-53, p. 19-41.

pação de praças e outros lugares públicos, uso das redes sociais, o anonimato como regra. Todavia, as diferenças são importantes no plano do sentido, já que a "Primavera Árabe" (como os acontecimentos do Leste Europeu) teve como objetivo a deposição de poderes autoritários (ainda que o resultado final tenha frustrado a muitos dos que estiveram na origem dos levantes), enquanto a mobilização dos "Occupy" ou do "15M"¹¹ expressa um protesto novo: a *indignação*. Mas, por que se indignar? E o que desperta este sentimento de cólera?

A percepção da injustiça social? A insatisfação em face da desigual repartição das riquezas? Certas motivações parecem evidentes, mas resulta difícil decodificá-las acabadamente (como as primeiras conclusões de nossas pesquisas nos têm permitido notar), pois elas parecem variar segundo

os contextos nacionais. Nossa primeira aproximação aponta para a circunstância de que estes fenômenos sociais de massa se produzem em um contexto de crise moral e política vinculada aos efeitos da crise financeira mundial que objetivam as demandas de mudança social. Mas resta a provar que a indignação reconheça sua origem na decepção a respeito do sistema representativo, que aparece denunciado pelos *indignados* espanhóis e gregos, através das palavras de ordem "democracia real". Pois, enquanto na Espanha as manifestações e os petições miravam uma reforma da lei eleitoral que favorecesse os partidos pequenos, nos Estados Unidos se conclamava a uma imprecisa "democracia direta", e no Quebec uma greve multitudinária, mas iniciada pelos estudantes para obter a anulação de brutais aumentos nas matrículas escolares e universitárias, se

¹¹ Em 15 de maio de 2011: milhares de pessoas se aglomeraram na *Puerta del Sol* de Madri, em torno da estátua do rei Carlos III. Os acampados cantavam algumas das palavras de ordem escritas à mão em cartazes ou em longas faixas desdobradas sobre as fachadas dos prédios vizinhos: "*Democracia real ya*", "*¡Qué se vayan todos!*", "*Otro mundo es posible*", "*Yes we camp*"... Não tardarão em serem dezenas de milhares, reunidos dia e noite, em um clamor indescritível. E ficarão ali até o mês de junho, quando o acampamento da *Puerta del Sol* será por fim levantado. A história poderia ter ficado lá. Mas, através da internet, das mensagens SMS e das redes sociais uma mobilização transnacional verá a luz: os *Indignados*, o *15M*.

transformou no embrião de um aparente “movimento histórico”,¹² ao qual aderiram pais, professores e cidadãos em geral inconformados pelo viés que tomou uma legislação denunciada como “liberticida” e que fora promulgada *ad hoc* pelo governo do então primeiro ministro provincial, Jean Charest.

Que parte do protesto representa finalmente a reivindicação de uma “verdadeira” democracia, então? Até que ponto os militantes vinculam conscientemente a crise da representação política, à denúncia de uma suposta “colusão” dos meios políticos e financeiros e à exigência de uma maior “justiça social”?

O tema dos modos de ação coletiva adotados pelos *indignados* é outro dos temas que nos parece fundamental. Estas mobilizações sem liderança visível se caracterizam por um aparente fervilhar de manifestações de formato e geometrias variáveis que

apelam à construção de uma forma de “inteligência coletiva”, que os militantes não se têm tomado o trabalho de identificar ou definir, mas que constitui uma exigência organizacional de base: a “democracia real” teria que ser vivida através das próprias ações engajadas dos *indignados*. Esta particularidade obriga pesquisar a vida associativa dentro dos “grupos de trabalho” constituídos pelos mesmos militantes que têm contribuído a organizar estas agremiações locais. Por exemplo, na Espanha, o “15 M” compreende mais de setenta destes grupos temáticos formados por voluntários encarregados desde a colheita de fundos até a assistência jurídica dos *indignados* detidos, passando pela gestão da “comunicação” (site na web, agenda de manifestações, relações com a imprensa etc.). Se a articulação prática da ação coletiva dos *indignados* faz lembrar em muitos aspectos às formas organizativas que se tinham dado aos “novos

¹² Alain Touraine chama movimentos históricos a aqueles que não se opõem aos senhores de uma ordem social estável, mas às elites que dirigem a mudança. Conf. TOURAINE, A., *Pourrons-nous vivre ensemble? Égaux et différents*. Paris, Librairie Arthème Fayard, 1997, p.137.

movimentos sociais” dos anos 1970, a falta de uma liderança visível e reconhecida parece colocar problemas de funcionamento (e, sobretudo, de entrosamento) impossíveis de serem ignorados.

Com certeza, a resposta à pergunta sobre a eficácia destes mecanismos para viabilizar o protesto e assegurar a supervivência do grupo no tempo é empírica. Por conseqüência toda análise que mereça esse nome não pode deixar de levar em conta cada uma das formas de exercício do protesto anônimo a fim de avaliar seu potencial e sua capacidade para conseguir “que os indivíduos tomem a palavra e percam o medo”.¹³

Parece-nos, por fim, que as formas alternativas de articulação da indignação coletiva que consideramos paradigmáticas em nossa análise se di-

ferenciam de outras mobilizações contemporâneas no que tange a sua perspectiva de sobrevivência nos próximos anos. O aumento da conflituosidade social não encampada por agremiações partidárias ou sindicais tradicionais e a maior utilização de ações diretas de novo cunho em outras áreas da interação social poderiam confirmar a suspeita que manifestara Alain Touraine quando sinalava que “a força desta noção de ‘indignação’ provém precisamente do fato de não ser um movimento efetivo”.¹⁴ Trata-se provavelmente de um “quase movimento”, de uma disposição psicológica a deslanchar um movimento se outros elementos favoráveis pudessem ser reunidos. Mas um movimento social (mesmo um quase movimento) não é uma iniciativa psicológica pura. Precisa de uma ocasião, um acontecimento crítico, de um acidente que dê o sinal

¹³ Conf. Santiago López Petit, “Et si nous cessions d’être des citoyens ? Manifeste pour une désoccupation de l’ordre”. In LÓPEZ PETIT, S. e PIZZI, G. (organizadores), *Indignés. La force de l’anonyme*. Paris, L’Harmattan (*Intempestives*, n.3), p. 9-21.

¹⁴ TOURAINE, A., “Indignés : les nouvelles formes de protestation”, *Sciences humaines*,. [on-line] 235 | mar. 2012. Mis en ligne le 5/3/2012. Consultado em 6/12/2012 URL: http://www.scienceshumaines.com/indignes-les-nouvelles-formes-de-protestation_fr_28437.html. OU: Disponível em: http://www.scienceshumaines.com/indignes-les-nouvelles-formes-de-protestation_fr_28437.html. Acesso em 6/12/2012

de partida (por assim dizer) à mobilização, isto é, a um protesto social organizado.

Porém (e contrariamente ao que pensa certo marxismo residual), não existe ação ou luta social que se explique unicamente em termos econômicos. É preciso que haja uma disposição psicológica para desencadeá-la. Pensamos que, muitas vezes, se peca por excesso de objetivismo na análise da contestação social. Ora, acreditamos que, em certos casos, é também importante insistir na prioridade da tomada de consciência, de um estado de espírito favorável ao protesto. Por isso é que Touraine atribui o enorme sucesso do termo "indignados" a "sua correspondência com a situação vivida em numerosas partes do mundo: uma situação de rejeição, de desconfiança dos cidadãos para com as autoridades".¹⁵ Esta desconfiança fundamental cria um ponto de partida

forte, que torna mais fácil a emergência de uma mobilização contestatória visível e objetiva.

A indignação multiforme contra as formas tradicionais da vida política pretende ver no protesto o último refúgio de um ideal democrático desencantado. O militantismo de rua, que é seu sintoma mais evidente, não é mais que uma peça de um mecanismo mais complexo, que precisa de outras engrenagens como o enfraquecimento do Estado, a promoção da sociedade civil e, de certo, o poder das redes sociais, de internet, e das novas mídias. Os *indignados* não poderiam desempenhar um papel desta envergadura se não saíssem ao encontro de uma nova expectativa de homens que se definem livres, que querem viver em uma comunidade livre, e que aparentemente não podem ver satisfeito seu desejo através das maneiras tradicionais de fazer política. É verdade que o enfraquecimento do Estado é a consequência da globalização da economia: o

¹⁵ TOURAINE, A., "Indignés : les nouvelles formes de protestation", *op. cit.*

mercado, ao mesmo tempo em que burla o poder tutelar do Estado, multiplica os recursos à sociedade civil e ao indivíduo social. Mas a constatação deste duplo movimento — fluxo do indivíduo e refluxo do Estado — não esgota a explicação da ascensão do “sentimento”, da reação psicológica pessoal ou coletiva em face de comportamentos percebidos como chocantes. Há outra razão, menos perceptível, mais antropológica e radicalmente inédita na história destes dois últimos séculos: o desmoronamento simbólico do homem democrático.¹⁶

Um ensaio de interpretação

Essas mobilizações têm dado lugar a uma série de interpretações por parte de cientistas sociais, jornalistas e intelectuais em geral. Elas podem, *grosso modo*, reduzir-se a duas famílias essenciais.

Por um lado, estão aqueles que põem de ressaltar a natureza regressiva das mobilizações. Estas seriam, para esses autores, corporativistas e defenderiam antigos privilégios dos funcionários do setor público, dos estudantes, dos trabalhadores em geral que tinham conseguido (em muitos casos como resultado das lutas sociais próprias da sociedade industrial) vantagens sociais hoje consideradas arcaicas (e que permitiriam a ressurgência dos velhos fantasmas da luta de classes), negativas (por sua carência de projeto e sua atitude de rejeição a tudo e a todos) e inconstantes, por colocar em perigo os frágeis equilíbrios de umas economias que sofrem os assaltos combinados da crise, da globalização e da concorrência internacional.

Por outro lado, estão as interpretações que percebem nestas mobilizações verdadeiros movimentos sociais, quer dizer um fenômeno coletivo

¹⁶ “Cessar de ser cidadão é pôr em marcha uma potência de esvaziamento como tática e operar uma estratégia transversal. Cessar de ser isso que a realidade nos obriga a ser, quer dizer, cessar de ser cidadão (...) consiste em traçar uma linha de demarcação entre o que queremos viver e aquilo que não estamos dispostos a viver.” LOPEZ PETIT, S., “E si nous cessions d’être des citoyens ?”, *op. cit.*, p. 20-1.

fruto do exercício de uma cidadania crítica, a reivindicação de direitos humanos de primeira, segunda ou terceira geração¹⁷ e, enfim, a denúncia de elites cada vez mais longínquas da população e que tratariam a sociedade como uma coisa (sua), impondo-lhe sofrimentos sem ter em conta a incapacidade dos mais fracos para suportar suas “reformas”, para obter benefícios futuros em termos de emprego e de prosperidade dos quais ninguém percebe a chegada.

Entre uma concepção que objetiva estes protestos apenas como uma crise violenta, regressiva e arcaica e aquela que a interpreta como um movimento social *lato sensu*, nos parece que existe lugar para uma terceira interpretação. Ela parte da constatação de que, como afirma Alain Touraine no seu último livro,¹⁸ a globalização da economia engendrou uma dissociação completa entre a sociedade, os meios

de que dispõe o Estado (o controle institucional e político) e o funcionamento da esfera da economia financeira, que se traduz na perda de capacidade de ação das sociedades, sejam elas ricas e superindustrializadas, como as do Centro ou pobres e subdesenvolvidas como as de numerosos países da Periferia. Com efeito, as estruturas políticas, mesmo em sociedades como as europeias, são mobilizadas uma vez mais para assegurar a competitividade internacional de suas economias e impor uma adaptação das sociedades a seus imperativos. Isto faz com que os detentores do poder político não possam doravante (por uma necessidade derivada da natureza de seu papel) estar à escuta de seus cidadãos. Em nome da modernização, as sociedades se encontram crescentemente confrontadas a mudanças que quebram a coesão social, privam os indivíduos mais frágeis (mas também àqueles que se encontram entre os

¹⁷ Conf. MARSHALL, T. H., *Class, citizenship and social development*. Chicago e Londres, University of Chicago Press, 1977.

¹⁸ Conf. TOURAINE, A., *La fin des sociétés*. Paris, Editions du Seuil, 2013.

menos poderosos) de toda capacidade de ação e de intervenção real sobre seu destino, tornando inoperantes os mecanismos de regulação social e de conflitualização que pudessem ter. Deparamos-nos com sociedades desposuídas de sua capacidade de ação coletiva, nas quais a modernização tem contribuído para acentuar a disparidade social, privar de sentido a vida coletiva, atomizar os indivíduos e fragilizar o tecido social em nome de imperativos econômicos que se pretendem incontornáveis e indiscutíveis, no mesmo momento em que se enriquecem aqueles que se içaram no topo da hierarquia ou desde sua periferia se colocaram a serviço do mercado mundial.

Em uma conjuntura deste tipo se tem visto desenvolver pelo mundo afora, e com a crise dos anos 2008-2009 por tela de fundo, formas de mobilização social que se diferenciam das formas antigas dos movimentos sociais. Os indignados da *Puerta del Sol* madrilenha, os ocupantes do Zuccotti

Park de Nova York, os *aganaktismenoi* atenienses, assim como os estudantes grevistas do *Printemps Erable* quebequenses, sinalariam os começos de um tipo de mobilização coletiva que marca a aparição de novas formas de expressão coletiva de si próprio e de protesto social.

Este protesto não deve ser analisado como uma forma "imperfeita" de movimento social, mas como a expressão de modos de ação autônomos e originais cujo sentido não se reduz a um "defeito" ou uma "incompletude", que o cientista social tem que estudar, entendemos, renunciando a ler nele apenas a expressão de uma "falta de adaptação", de uma "regressão" ou de um "arcaísmo". É verdade que estes protestos aparecem marcados por uma crise profunda, a mesma que afeta todas as formas de mobilização coletiva desprovidas de idéias centrais e de objetivos nítidos no que tange a sua missão. Sobretudo daquela que provém da ausência de uma visão clara

de outras formas de ação às quais poderiam recorrer a imensa maioria das sociedades na hora da globalização e que pudessem dar uma resposta distinta a certas questões: O que fazer do mercado mundial? O que fazer para reabsorver o desemprego endêmico instalado nas sociedades do Mundo Norte? O que fazer para atenuar as desigualdades gritantes dentro das sociedades do Mundo Sul entre aqueles que se têm tornado imensamente ricos e os que vegetam em face desse oceano de riqueza? Carecer de resposta a estas questões urgentes não denota um comportamento de crise propriamente dito (finalmente tudo ou quase todo o mundo está nessa situação), mesmo se, nas reações observadas, há necessariamente uma dimensão importante de crise.

Os protestos mencionados são, a nosso ver, “não movimentos sociais”, se convimos que o movimento social é um fenômeno de mobilização coletiva no qual certos atores centrais, bem constituídos e dotados de um projeto

de sociedade, propõem uma visão oposta àquela que prevalece na sociedade. Sendo um “não movimento”, não tem ator social *stricto sensu*. Três são os tipos de atores que poderíamos esperar encontrar neste tipo de mobilizações que vamos chamar, à falta de uma denominação melhor, de quase movimentos:

Em primeiro lugar, os *atores centrais*, quer dizer aqueles que imprimem o sentido global da mobilização por sua intervenção no campo social (como os trabalhadores do movimento operário até os anos 1960). Ora, os quase movimentos antes resenhados (que por comodidade de linguagem chamaremos simplesmente de “protestos”) não têm ator central, para falar com propriedade.

Em segundo lugar, os *atores principais*, quer dizer aqueles que desencadearam o protesto ou têm uma visibilidade particular dentro dele, sem por isso lhe outorgar seu sentido. Um dos traços dos quase movimentos é que eles não têm, via de regra, um ator

central, mas são porém e freqüentemente animados por um ou vários atores principais, cuja importância pode ser mais ou menos grande, segundo o momento.

Poderíamos nos perguntar se não nos encontramos cada vez mais confrontados a fenômenos sociais desprovidos de atores centrais. Esta ausência de centralidade dos atores não é, por além, um dos traços de sua hipermodernidade? Mas, tendo apenas atores principais e não centrais, os protestos que nos ocupam têm se beneficiado do apoio de um tipo de atores que qualificaríamos de *periféricos*. Os atores periféricos consistem no terceiro tipo de atores que poderíamos encontrar neste tipo de mobilizações, e são aqueles que intervêm no protesto sob uma forma mais ou menos indireta, o apoiam guardando ao mesmo tempo suas distâncias dele, aprovando numerosas reivindicações, mas rejeitando simultaneamente, por

razões mais ou menos específicas, se engajar a fundo na mobilização. Seu apoio é mais bem-difuso, mais não por isso menos real. O caráter pouco articulado do apoio que outorgam os atores periféricos ao protesto dá a este uma configuração particular: sobre o plano coletivo, ele é *fraco* enquanto mobilização efetiva de grupos determinados a comprometer-se nele, mas em termos de simpatia e de mobilização mais ou menos hesitante, o movimento é *forte*, já que numerosos grupos periféricos se reconhecem em um protesto que reflete suas aspirações, mesmo se esses grupos não estão dispostos a afirmá-las diretamente e por uma ação autônoma (muitas vezes por temor às conseqüências que sua ação poderia lhes acarretar).

É por isso que as mobilizações dos indignados do "15-M"¹⁹ ou dos militantes do *Occupy Wall Street*, ou dos estudantes grevistas do *Printemps*

¹⁹ Alusão à manifestação do 15 de maio de 2011 em Madri, que está na origem do protesto dos logo chamados "Indignados", que foi convocada por diversos coletivos, depois da qual quarenta pessoas decidiram acampar na *Puerta del Sol* essa noite, de forma espontânea.

Erable não podem ser analisadas unicamente no quadro restrito das greves, da ocupação de praças ou lugares públicos, ou dos confrontos com a polícia, mas como um fenômeno coletivo no qual as manifestações são modos pertinentes da expressão de si para todos aqueles que não podem nem quer participar do movimento de greve, dos *sit-in*, ou das batalhas campais de rua, mas que constituem apesar disso os atores periféricos dos movimentos. Tem-se visto assim em certas cidades nas quais existe um setor público ou assimilado (de empresas nacionais ou trabalhando direta ou indiretamente para o Estado, ou ainda de trabalhadores industriais ameaçados por ondas de deslocalizações), mas também em conjuntos urbanos onde a precariedade se tem convertido em uma preocupação crescente e, em menor medida, em metrópoles como Nova Iorque, São Francisco ou Montreal, desenvolver-se um movimento difuso de simpatia real, por parte de importantes

contingentes da população, ao encontro de estudantes grevistas e militantes, assim como de todos aqueles que se valem do movimento de protesto para expressar suas angústias e seu desejo de denunciar uma ordem cada vez mais tecnocrática e repressiva. Ordem que lhes reclama sacrifícios crescentes que fragilizam sua condição social ou suspendem certos direitos e garantias individuais, sem ter nenhuma contrapartida tangível, nem no presente nem num futuro previsível.

O protesto não está animado por uma utopia: ainda que se queira ver em suas colocações um retorno a temas caros à antiga esquerda e um apelo à luta classista lançado por certos intelectuais e dirigentes carentes de votos, não é menos certo que a grande maioria daqueles que têm participado, ativamente ou não, das mobilizações não acredita numa ruptura utópica com o presente. Desprovido de utopia, o protesto se encontra privado de autonomia englobando —

pelo fato mesmo de sua heterogeneidade — um conjunto de reivindicações freqüentemente contraditórias.

Pode-se ver na extrema distância entre a subjetividade dos atores principais e a especificidade de seus objetivos (preservação das conquistas sociais, conservação de certas vantagens nas universidades quebequenses, rejeição dos planos econômicos de Rodriguez Zapatero, primeiro, e de Rajoy, depois, na Espanha, denúncia das imposições das instituições de crédito multilaterais na Grécia etc.) a heteromia do movimento. Todavia, esta visão das coisas perde de vista o senso global destas vastas mobilizações coletivas que não se reduzem às reivindicações de seus atores principais. É verdade que o alcance dos litígios é bastante limitado (quando não corporativista) em alguns casos, mas para os atores periféricos, estes fatos não tinham em si mesmos a importância que lhes outorgavam os atores principais, denotando o começo de um vasto mo-

vimento de desapossamento e de desapropriação das conquistas sociais que, aos poucos, o poder iria produzir sobre seus minguados recursos, retirando-lhes tudo o que tinha sido obtido no decurso de uma longa história de lutas sociais. Em outros termos, os protestos que têm sacudido o Mundo Norte e alguns países da semiperiferia do Hemisfério Sul, não têm sido considerados pelos atores periféricos como fortuitos, senão como desenlace de um vasto movimento de desapossamento que tinha começado nos anos 1990 e que há quase duas décadas despojava os cidadãos não só de suas conquistas sociais, mas também de tudo o que dava sentido a sua história, a sua vida e a sua existência social. Engana-se, por conseqüência, quem vê nestes protestos um acontecimento pontual: tem adquirido seu caráter desde há quase dez anos e repousa no medo de um futuro cada vez mais incerto. Planos como os cogitados pela Troica (União Europeia, FMI e Banco Central Europeu) para o “saneamento”

das finanças gregas, portuguesas ou irlandesas, se inscrevem para essas todo-poderosas instituições em um tempo em que o passado e o futuro estavam marcados pela expropriação do *popolo minuto*, isto é, de todos aqueles que vivem apenas por cima do limiar da pobreza relativa e que têm o sentimento de ser desprezados por um poder cada vez mais longínquo e arrogante.

Os protestos não têm um projeto alternativo. Denunciam os planos econômicos dos governos e as instituições internacionais, rejeitam as reformas das aposentadorias, denunciam a liquidação do setor público, insurgem-se contra a maneira como o poder pretende impor seus ucasses, mas não é menos certo que também não propõem nenhuma outra forma de gestão da cidade, nenhuma forma positiva de organização da sociedade, nem alguma solução imediata aos problemas urgentes que padecem os respectivos países.

Por além, o protesto não é político *stricto sensu*. As únicas formas de expressão política que se percebem nele têm sido, às vezes, a reivindicação da queda dos chefes de governo. Os partidos políticos não têm participado; mesmo a esquerda institucional não tem tomado posição clara a seu respeito. As personalidades políticas da oposição não têm apoiado ativamente os protestos e, em seu conjunto, estes não se têm politizado, não tanto por deficiência dos partidos políticos, mas porque a contestação não era “politizável” e, sobretudo, porque não queria sê-lo.

Por fim, os protestos são heterogêneos. Têm sido os de grevistas, estudantes e contestatários que defenderam também suas próprias reivindicações, tal como o fizeram as mulheres ou os desempregados, em síntese, uma constelação de grupos cujos objetivos não convergiam necessariamente e que, quando viram satisfeitas suas reivindicações, tiveram tendência a retirar-se. É por isso que não se pode

falar de um grupo central num protesto, mas de um conjunto mais ou menos difuso de reivindicações que tem modificado a significação dos diversos protestos antes mencionados.

Essa própria heterogeneidade tem dado lugar a diversos trabalhos que conformam o dossiê deste número da *Enfoques*, que é aberto com o artigo dos professores Roberto Kant de Lima e Lenin Pires, que propõe uma reflexão sobre as motivações presentes nas mobilizações políticas nas ruas do Brasil, em 2013. Os autores se perguntam como pode ser visto o Brasil, supostamente emergente e próspero, a partir das múltiplas e radicais manifestações de junho e, também, por outro lado, como podemos compreender as reações institucionais provenientes de forças policiais que apelaram então de forma recorrente à repressão e à violência. O artigo sugere que há paradoxos entre as formas tradicionais de administração dos conflitos no Brasil e

as expectativas dos novos estratos da classe média quanto a seu tratamento.

Renata Barbosa Lacerda e Thiago Brandão Peres dirigem igualmente seu olhar analítico às “Jornadas de junho”, dividindo sua argumentação em dois planos complementares. O primeiro, histórico, segue os cuidados metodológicos propostos por Bringel, com o intuito de corrigir o que consideram uma série de miopias presentes nas análises sobre os protestos daquele mês. O segundo, observa como demandas já existentes convergiram nessas manifestações e como as principais pautas reivindicativas foram então construídas.

Este, das “Jornadas de junho”, também é o objeto do artigo de Guilherme Figueredo Benzaquen, cujo objetivo principal consistiria em lançar questões que dificultem a cristalização das “verdades” e dos “fatos” que vêm sendo construídos por muitas das análises escritas sobre o tema, a despeito dos problemas teórico-metodológicos que elas apresentariam.

As manifestações e protestos ocorridos em 2013 no Brasil são também o objeto do artigo de Maria Suelen Timoteo Correa, que concebe esses eventos como ações dinâmicas de interlocução com o Estado, refletindo sobre como os atores participam de tais ações e como pensam e vivenciam o Estado e a política.

Uma abordagem distinta é a de Pedro Torreão Sá de Almeida, que aproxima em seu artigo os protestos brasileiros de junho de 2013 aos movimentos globais acontecidos durante a primeira década do século XXI, à luz de autores contemporâneos, mas já clássicos como Touraine, Castells e Žižek. É com seu subsídio que o autor se debruça sobre a mudança na representação a partir da relação com as mídias sociais e o papel da política tradicional no novo ambiente social.

Gabrielle Oliveira de Araujo aborda, a seu turno, a temática das mobilizações coletivas a partir de uma perspectiva etnográfica centrada na dinâmica de ações políticas da rede de

organizações e atores políticos engajados com o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre. O caso desta organização permitirá a autora ressaltar como as organizações sociais têm vinculado o processo de luta pela moradia e os repertórios de confronto utilizados no contexto da Copa do Mundo Fifa 2014.

A interfase da Copa do Mundo Fifa, com os protestos recentes no Brasil, ou melhor, com as operações de controle urbano articuladas pela Secretaria de Ordem Pública da cidade do Rio de Janeiro para evitá-las, é abordada por Marcos Veríssimo em seu artigo que traz à baila a breve etnografia que empreendeu no estádio do Maracanã antes que fosse fechado para obras de adaptação aos novos padrões, pesquisa acrescida por observações sucintas de campo feitas por ele após a sua reabertura.

Quatro trabalhos, por fim, focalizam outros tantos estudos de caso. Ana Beatriz Pinheiro e Silva analisa a

participação política da militância juvenil na eleição para prefeito do Rio de Janeiro em 2012, pleito que teria contado com uma participação quantitativamente maior e qualitativamente diferenciada da juventude, em comparação às eleições anteriores. Breilla Zanon estuda a Favela do Moinho e o chamado “muro da vergonha”, sorte de enclave às avessas que nos permitiria pensar o quanto a democratização dos acessos e direitos à cidade se deu inversamente à concepção de vida pública por parte das classes médias e altas. Julia Maçaira nos traz uma interessante entrevista com Jardel Leal, um dos mais exemplares integrantes dos movimentos de 1968 no Brasil. Por último, os pesquisadores mexicanos Omar Cerrillo Garnica e Israel Tonatiuh Lay Arellano dão conta, através de um exercício descritivo e analítico, de como apareceu na agenda eleitoral de seu país a organização *#yosoy132*, um inesperado movimento estudantil que adquiriu dinâmicas de organização,

trato, convívio e protesta muito particulares graças ao uso dos meios digitais de comunicação, das redes sociais, assim como de sua dinâmica e vocação inclusivas.

Conclusões

Concluindo, poderíamos dizer, enriquecendo nosso parecer com as muitas evidências aportadas pelos estudos que integram o dossiê, que estamos em presença de “não movimentos sociais”, sem projeto, sem utopia, sem ator central, não políticos, heterogêneos e sem expressão própria numas sociedades que têm, porém, uma urgente necessidade de reformar seu sistema de saúde pública, sua política de emprego, seu sistema universitário e, em linhas gerais, de conceber de outra forma seu futuro. Protestos dotados, todavia, de uma grande capacidade de mobilização, com uma larga disposição para o diálogo e a negociação, que exigem do Estado que renuncie a seu modo altaneiro de gestão das

relações sociais, escutando a sociedade e que, em particular, exigem que se trate a seus protagonistas como atores sociais e não como sub-homens a quem se negaria o direito à autoafirmação em nome de uma competência tecnocrática e de uma visão liberal da economia.

Poder-se-ia pensar que esse tipo de protesto tem um grande futuro e que essa forma de mobilização coletiva, a raiz do estado no qual se encontra um número grande de sociedades (a raiz da globalização, da perda de poder do Estado sobre a economia "nacional", do enfraquecimento de sua capacidade de intervenção sobre o emprego etc.) é a única forma possível de intervenção no campo social para atenuar os efeitos do desapossamento de si que trazem acarretados a desnacionalização da economia e o fim da hegemonia estatal sobre seu funcionamento. Se assim fosse, o cientista social se veria na obrigação não de deplorar as "deficiências", mas de perceber seu sentido e de deduzir dele sua

"positividade" a respeito de um mundo onde as formas antigas de ação coletiva se tornam cada vez mais improváveis, senão caducas.

Alguns dos traços descritos parecem confirmar uma forma nova de mobilização social na qual, contrariamente aos movimentos clássicos (como o movimento operário) e aos "novos movimentos sociais" dos anos 1960 e 1970, se assiste a formas mais ou menos frouxas de mobilização coletiva, desprovidas de ator central, sem utopia explícita, sem programa articulado e sem objetivos imediatamente políticos, mas nas quais a significação corresponde à mobilização (às vezes de forma desajeitada e desarticulada) de uma sociedade na qual a capacidade de ação coletiva sobre as orientações futuras tem tendência a diminuir.

Cada um destes traços mereceria um estudo mais detalhado. Por um lado, a ausência de atores centrais e a profusão de atores principais transfor-

mam radicalmente a relação do protesto com seus protagonistas. Por exemplo, no *Printemps Érablé* do Quebec, os estudantes grevistas, à cabeça dos quais se achavam os secundaristas dos últimos anos do ensino médio, desempenharam um papel essencial no deslanche da mobilização, mas esta os ultrapassou de longe em importância, e finalmente eles não foram os atores centrais dele, não porque outros grupos ou pessoas houvessem ocupado seu lugar, mas *porque ele não existia*.

Isto nos parece que pode ser generalizado numa perspectiva histórica: desde meados dos anos 1990 se assiste em certos países (especialmente do Mundo Norte) ao advento de formas de mobilização coletiva, que poderíamos qualificar de quase movimentos, nos quais a estruturação do conjunto não se conforma aos esquemas clássicos dos movimentos sociais e cujas características parecem ser o vínculo frouxo entre os atores e os objetivos por eles definidos, a ausência ou o caráter heteróclito de sua utopia

social global, a fraqueza da capacidade de gestão do grupo, a negativa (ou a incapacidade) de identificar um adversário central e a fragilidade de sua identidade (da afirmação de si próprios) por parte dos atores. Estes traços se encontram *mutatis mutandi* nas lutas universitárias, nas greves das enfermeiras ou nas mobilizações dos alunos secundaristas na França, por exemplo.

Freqüentemente se tem proposto uma interpretação dessas "deficiências", "fraquezas" ou "déficits" em termos de crise: visto que essas ações não têm a capacidade de agregar seus diversos componentes e não podem ser por isso verdadeiros movimentos, se pensa que estaríamos em presença de *condutas* de crise, vinculadas à desagregação de antigas formas de sociedade, ao enfraquecimento do Estado-nação, à anemia dos atores sociais, ao declínio de diversos setores da economia (especialmente da economia industrial ou de setores vinculados ao Estado, ou que se apoiavam em formas

perimidadas de acumulação e de produção) ou a zonas geograficamente delimitadas (tributárias de empregos do setor público, por exemplo). Estes quase movimentos seriam assim, de alguma forma, condutas de crise, manifestariam a incapacidade de definir um projeto oposto àquele do qual eles denunciam as mazelas e uma resistência (que se poderia qualificar de corporativista) a reconhecer nele o mais mínimo aspecto positivo.

Nossa interpretação destes fenômenos não contradiz radicalmente esses juízos críticos, mas os matiza. Em nossa pesquisa temos intentado inclusive demonstrar que o que é percebido como uma carência ou defeito genético pode consistir em uma nova forma de participação na modernidade, a condição de mudar de paradigma. Com efeito, a ausência de projeto pode significar (e acreditamos que efetivamente signifique) uma maior disponibilidade ao diálogo, à abertura, a assumir os problemas globais que se

trazem à baila. Não podemos tratar esses protestos como formas deficientes de mobilização social pelo simples fato de que careçam de projetos. Pela mesma razão, a ausência de utopia torna mais fácil a autoanálise e a adaptação a uma modernidade em vias de mudança. O problema essencial que apresentam esses protestos é a dificuldade de distinguir o papel que jogam neles os atores principais e os atores periféricos. Os primeiros podem ter preocupações corporativistas ou sofrer um grau elevado de heteronomia, mas o quadro global no qual se inscrevem os atores periféricos imprime outras orientações ao protesto e lhe outorga um sentido diferente. Sobretudo quando, como foi dito, não existem atores centrais.

Poder-se-ia levar a análise mais longe, e afirmar que na época da globalização são altamente improváveis as formas tradicionais dos movimentos sociais, e que movimentos fortemente estruturados, sólidos, com objetivos claramente definidos, adversários

bem-identificados e *enjeux* nítidos são uma sorte de pio desejo, irrealizável nestes tempos em que a crise das democracias e a destruição dos controles da economia *financiarizada* tornam impossível a identificação de um adversário tangível, a identidade dos atores se dilui e os próprios objetivos (impactados pelos abalos culturais, sociais e econômicos no nível planetário) não podem ser definidos rigorosamente. Procurar antigas e valorizadas formas de movimento social e, *ao contrário*, desvalorizar as novas formas de mobilização coletiva, não deixa de responder a um paradigma que acaba operando como um obstáculo epistemológico (no sentido que Bachelard deu ao termo) para a compreensão do presente. No mundo globalizado, as mobilizações coletivas (quando elas existem) revestem cada vez mais a forma de quase movimentos. Mas também não corresponderia às expectativas fincadas num cientista social que mereça esse nome relaxar a exigência analítica e pretender que qualquer tipo

de luta ou ação crítica coletiva é um movimento social.

A organização da economia, segundo princípios liberais (senão sua aberta profissão de fé), se tem convertido em uma sorte de credo não só dos partidos governantes, mas também dos partidos de oposição com possibilidades de alternância (sejam uns e outros de direita ou esquerda) na grande maioria das democracias modernas. É como se a lei do mercado fosse uma nova religião de regras intangíveis, como se de fatos científicos comprovados e unívocos se tratasse. Nesse mundo desprovido de autêntica participação no processo de formulação das políticas públicas, pareceria que os fundamentalismos, os integralismos e as seitas fechadas e excludentes se convertem nas únicas manifestações sociais significativas. Por sua parte, a estrutura política se revela cada vez mais incapaz de cumprir a que deveria ser sua função precípua, a saber: fazer participar os cidadãos em um projeto conflituoso no qual se confrontariam

visões diferentes de sociedade. Dora-vante, gostemos ou não, o espaço da política vai se convertendo num lugar de cristalização dos maus humores (quando não da cólera) daqueles que se sentem frustrados (notadamente dos jovens que se consideram desposuídos de sua existência social), ou numa cena na qual se louva um sistema econômico que faz da ficção de modernidade o álibi do sentido e o *ersatz* de um projeto real de sociedade futura. Nesse quadro, a participação na vida coletiva se torna um simples ritual coroado pelo gesto simbólico do voto que, importante como ele é em si mesmo, pode ver-se privado de todo sentido se a verdadeira participação (aquela que consiste em tomar parte da gestão efetiva da *polis*) é confiada aos detentores autoproclamados do saber tecnocrático. Nesse mundo, a política é esvaziada de seu conteúdo pela incapacidade de construir um projeto coletivo que dê a todos a possibilidade de serem cidadãos.

A perda de confiança nos mecanismos políticos (e não apenas nas elites político-partidárias) é amplamente compartilhada. Poderia ser interpretada como a manifestação de uma sorte de desilusão coletiva, mas também é possível considerá-la, objetivamente, como o reflexo de uma constatação inexorável: a função da política não é mais fazer participar a sociedade civil de um projeto social comum, mas assegurar a competitividade da economia na cena internacional. Se assim fosse, dever-se-ia encontrar outros mecanismos para solucionar este impasse. Essa é a razão pela qual os protestos de rua, a despeito de suas carências e defeitos, podem proporcionar um modelo para um projeto alternativo de resignificação da política.

Pois, existem por acaso outras formas possíveis de regulação dos conflitos? Tudo depende da realidade à qual nos referimos. Se nos limitássemos a falar daquela do Mundo Norte, estaríamos tentados a dizer que não. Nessas sociedades que estão na ponta

do progresso e onde a globalização desestabiliza as formas tradicionais de resolução dos conflitos, a obsolescência das formas tradicionais de negociação não cessará de se acentuar na medida em que a sociedade se abra à competição internacional e que o Estado-nação perca suas prerrogativas.²⁰ Mas as novas formas de mobilização só serão eficazes se elas evitarem cair em uma dupla tentação: apresentar projetos abertamente contrários aos do Poder ou dos grupos que estão por trás dele, e defender uma utopia má, quer dizer outra totalidade, um modo não capitalista de gestão da sociedade.

Negando-se a se tornar os porta-vozes de uma lógica programática, esses protestos poderiam agregar todo tipo de pessoas em torno de uma reivindicação responsável, resistindo simultaneamente à tentação regressiva. O futuro depende, conseqüente-

mente e por igual, do advento e da generalização dessas formas de “não movimentos” a escala regional (e, por que não de conjuntos mais amplos como o mundo industrializado ou os Brics, por exemplo). Graças a eles as sociedades poderiam lembrar sua existência e sua capacidade de autoafirmação aos poderes atuais e às estruturas globalizadas.

Se o conjunto das sociedades ocidentais se engajasse neste tipo de movimento, mudariam suas relações com as autoridades e se enfraqueceria progressivamente a hegemonia tecnocrática.

A despeito das formas arcaicas, regressivas e até violentas que se manifestam dentro deles, talvez esses protestos (ainda modestos) estejam destinados a um futuro mais brilhante do que se pensa hoje, em especial no que tange à regulação do trabalho ou à preservação de direitos adquiridos.

²⁰ Com o paradoxal resultado de que, para preservar a competitividade nacional no plano internacional, os Estados estarão cada vez mais obrigados a sacrificar a coesão social.

Não esqueçamos que o que lhes caracteriza essencialmente são suas formas dispersas, difusas e heterogêneas de agregação de contestações diversas. Delas provêm, em parte, sua fraqueza e fragilidade. Mas esta fraqueza pode ser também sua força.